



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 08-11-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Bom dia a todas e a todos.

Presente o Vereador Rodrigo Goulart, presidindo esta audiência pública. O Vereador Arselino Tatto também presente na forma virtual. Está presente também a Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

Na qualidade de membro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 58ª Audiência Pública no ano de 2023.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online; pela Rede Câmara SP, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

Esta audiência vem sendo publicada desde o dia 24 de outubro no *Diário Oficial da Cidade*; dia 26, no jornal *O Estado de S.Paulo*; e dia 27, no jornal *Folha de S.Paulo*.

Informo que as sugestões ao PL 586/2023 podem ser apresentadas pelo *hotsite*: www.saopaulo.sp.leg.br/zoneamento2023/audienciaspublicas.

As inscrições para pronunciamentos foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual, e podem ser feitas, neste momento, por 30 minutos da forma acordada desde a primeira audiência pública, junto à secretaria da Comissão.

Foram convidados para esta audiência o Sr. Marcos Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento, representado, neste ato, pelas Sras. Daniella Lucas Richards, Coordenadora DEUSO; Márcia Leite, Coordenação de Participação de SMUL e Patricia Saran, Coordenadora de Participação de SMUL. Foi convidado também o Sr. Alexandre Modonezi de Andrade, Secretário Municipal das Subprefeituras, representado, neste ato, pela Sra. Maria Fernanda Willy Fabro e Rafael Pollastrini Murolo, técnico de DEGUOS, que estão *on-line*. Também foi convidado o Dr. Marcus Vinicius Monteiro dos Santos, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo. Pergunto se o Dr. Marcus está presente ou há algum representante? (Pausa) Não. Dr. Florisvaldo Fiorentino Junior, Defensor Público Geral, presente

ou há representante? (Pausa) Não. Dr. Mário Luiz Sarrubbo, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo. Pergunto se está presente ou há algum representante? (Pausa) Não.

Foram convidados também todos os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e o público em geral.

Vou passar à pauta e irei suspender por alguns minutos os trabalhos desta audiência pública.

Registro a presença do Vereador Sansão Pereira.

11ª Audiência Pública ao PL 586/23, do Executivo, Prefeito Ricardo Nunes, dispõe sobre a revisão parcial da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016, visando à compatibilização de seu texto original com as supervenientes alterações decorrentes da promulgação da Lei nº 17.975, de 8 de julho de 2023 - Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, nos termos da previsão de seu art. 126, e dá outras providências.

Suspendo os trabalhos desta audiência pública por alguns minutos e já retornamos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Rodrigo Goulart.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Com a presença da Vereadora Sílvia da Bancada Feminista, Vereador Arselino Tatto, Vereador Sansão Pereira e Vereador Rodrigo Goulart, retomo os trabalhos.

Passemos à apresentação do Executivo.

- Apresentação de vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Farei uso da palavra. Só quero confirmar se a nossa reunião está sendo transmitida pelo *Teams*. Algumas pessoas informaram que não estavam conseguindo compartilhar as imagens. Agora, sim, está ok. Estou conferindo no *Teams*.

Para quem está aqui, primeiro, bom dia a todos e a todas, novamente.

Para explicar, temos aqui seis imagens do mapa que hoje estão sendo apresentadas por esta Comissão. Este mapa contém o retrato do zoneamento de 2016 geral da cidade e outro dividido pelas regiões Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro.

Só para explicar para todos no que consiste esse mapa. É um mapa com o zoneamento de 2016 e com todas as características que foram apontadas por nós pela nova legislação, a legislação agora do Plano Diretor, de julho de 2023.

Quais foram essas novas informações além do zoneamento de 2016? As restrições apontadas no artigo 77, então, são diversas, além das restrições já feitas por SMUL. Então, mantivemos as restrições originais de SMUL e implementamos outras também, como as quadras como remanescente de Mata Atlântica; bairros ambientais; as quadras que contenham parques existentes ou propostos, conforme o mapa 5, do PDE de 2023; também as quadras que tenham na sua maior parte a incidência de imóveis tombados ou de interesse de preservação; como também as quadras atingidas por obras, conforme o Quadro 6, do Plano Diretor de 2023; também as quadras com ocorrências de risco hidrológico e geológico. As quadras com relevo foram mantidas também todas, como eu já disse, as exclusões feitas por SMUL e, também, foram indicadas as exclusões em todas as macroáreas de zoneamento. Então, não só nas duas macroáreas que foram feitas por SMUL, estamos ampliando para toda a cidade não só dentro e MUC e MQU e, além disso, dentro do Arco Tietê.

Então, qualquer dúvida que tiverem sobre os mapas estou à disposição de cada um de vocês que estejam aqui presentes ou também da forma virtual e deixando claro também que nós já identificamos os quarteirões, as quadras que tenham vilas.

Uma das legendas que vocês poderão ter acesso mostra as quadras que têm vila. Então, lembrando que não estão excluídas da área de interferência dos eixos, mas deixando claro que essas quadras deverão além de preservar as vilas, também respeitar as suas áreas envoltórias, respeitando o gabarito das áreas envoltórias da mesma forma também como acontece com os bens tombados.

Então, nós já excluimos algumas áreas que foram apontadas já durante as audiências públicas desta revisão do zoneamento. Não vou lembrar todas de cabeça, mas espero citar algumas: algumas quadras de Pinheiros; uma quadra, se eu não me engano, da Jurubatuba Mirim; também a Vila Anglo; respeitando também algumas outras regiões da cidade com a necessidade da exclusão da área de influência de eixo.

Deixo claro também que isso não é uma novidade trazida pelo Plano Diretor de 2023, essa revisão que foi feita, mas, sim, uma possibilidade dada desde o Plano Diretor original de 2014, então tivemos nove anos sem nenhum tipo de controle das áreas de influência de eixo e, agora, como já anunciamos durante a revisão do Plano Diretor, é do zoneamento que estamos tratando.

Esse é o mapa proposto para um início de discussão e, durante a discussão, a participação da população na revisão do zoneamento. E, claro, assim que forem apresentados tanto o primeiro como o segundo os substitutivos, nós traremos as demais observações deste Relator logo após, claro, de toda a participação da população em todas as audiências públicas e também no *hotsite* da Câmara.

Quero avisar que, além dos mapas em formato maior que estão aqui impressos, estão disponíveis para os presentes algumas versões impressas desses mapas, tanto regionais como geral, como teremos em cada audiência pública realizada. E, assim que finalizar a audiência, teremos esses arquivos de forma digital.

Estão encerradas as inscrições, como previmos na primeira audiência, os 30 minutos com as inscrições abertas. Vou passar a palavra ao público daqui a pouco.

Só quero registrar que, no mapa apresentado, consta a legenda como mapa anexo ao PL 586/2023. Retificando, não é mapa anexo, mas sim mapa apresentado por este Relator para a análise durante as audiências públicas. Esse mapa não é do Executivo, mas da Câmara Municipal de São Paulo, de autoria deste Relator.

Passo a chamar os inscritos. (Pausa)

Patrícia Saran, que representa a SMUL, pediu a palavra. Por favor, Patrícia.

A SRA. PATRICIA SARAN – Obrigada, Vereador. É só um registro a pedido da própria Secretaria. Meu nome é Patricia Saran, sou assessora da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento.

O Rodrigo acabou de fazer esse registro, mas me pediram para registrar também ao vivo aqui que, por causa de uma falha na legenda, o mapa foi apresentado como anexo ao PL do Executivo. Porém, já é um mapa modificado, trabalhado pelo Poder Legislativo. Só essa retificação, porque os mapas impressos aqui distribuídos constam como anexos ao PL do Executivo, porém já constam com alterações. É o que o Executivo encaminhou para a Câmara.

Obrigada, Rodrigo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Patrícia.

Passemos aos inscritos *on-line*. Primeira inscrita, Sra. Paula Nogueira, secretária na empresa AMJS. Está presente? (Pausa) Ausente. Sr. Marcus Vinicius Di Bella Varani, advogado. (Pausa) Também está ausente. Sr. Daniel Todtmann Montandon, diretor dos cursos de Arquitetura da Uninove. (Pausa) Ausente. Sra. Lúcia Manzano. (Pausa) Ausente. Sr. João Afif Acras, advogado. (Pausa) Também ausente.

Então passemos às inscrições presenciais. Primeira inscrita, Sra. Geisa Carneiro, munícipe, três minutos regimentais.

A SRA. GEISA CARNEIRO – Bom dia a todos.

Meu pleito é muito simples. Aliás, não é nem um pleito, é uma regularização. Eu moro na Quadra 84, no Setor 21, que corresponde às Ruas Traipu, Paraguaçu, Itamarati e Avenida Pacaembu. A quadra toda é ZCOR-2, exceto treze casas que são ZR-1. Essas casas pagam o mesmo índice fiscal, que é o valor do terreno no IPTU, das casas comerciais e, de fato, elas são comerciais e não de direito, então o meu pleito é de regularização. Inclusive eu já entreguei o projeto aqui, já protocolei, vim reforçar o meu pedido. Nesse projeto existe um parecer da Prefeitura que concorda com o pleito, que é tecnicamente viável, e que agora é a hora de fazer essa mudança, porque ela independe deles. Então eu vim mais uma vez apresentar isso e pedir a atenção dos senhores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Sra. Geisa.

Próximo inscrito, Sr. João Moreirão, CMPU.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Obrigado, Vereador. Cumprimento a Vereadora Silvia também, e principalmente o público, os meus vizinhos de São Paulo que vieram aqui discutir.

Em primeiro lugar, quero dizer que a gente sente uma falta de respeito de o Presidente desta Comissão ter sumido. Tudo bem, o senhor é o Relator, eu acho que tem o papel principal, mas o Presidente nem se dar ao trabalho de aparecer em lugar nenhum, sei lá. Acho que ele não tem aptidão, não tem vontade. Talvez fosse melhor ele renunciar, passar para alguém que queria participar mais. É um desrespeito com a população. A gente se dá a um trabalhão para vir aqui, viu? Tem que trocar horário, trabalhar no final de semana etc., e ele não está dando bola para essa discussão.

Mas eu quero levantar uma questão que é a seguinte: eu vi os mapas, quero registrar inclusive que na minha região, numa área que é fácil, para mim, de identificar porque moro lá, noto logo no desenho, e identifiquei um erro, falei com o Vereador, o Vereador já mandou até um assessor conversar comigo para entender, para ver como corrigir. Isso é legal. Só que foi uma coisinha simples.

A gente precisa analisar esses mapas com calma. Eu sei que o senhor fez com base no mapa de 2016, mas a gente tem que olhar inclusive à luz de um PDE modificado por essa revisão recente. E aí eu acho que nós tivemos uma série de audiências sem os mapas e, nessa série de audiências, ficamos discutindo generalidades, porque é com os mapas agora que nós vamos entrar no concreto.

Lei de Zoneamento é mapa, mapa e critério para colocar no mapa. Então eu acho que a Câmara precisa, esta Comissão precisa considerar isso, precisa fazer audiências em todas as subprefeituras. Amanhã vai ter na minha e o Vereador Rodrigo Goulart já falou que estará presente - isso é bom -, mas precisa fazer em todas e precisa ter o debate com a sociedade. Eu sei que os mapas vão estar na internet, o Vereador já me falou, mas precisa ser de forma que a

população entenda, que possa levantar questões e ter uma resposta na hora, para ter o mínimo de diálogo.

Tem gente bem-intencionada, tem alguns mal-intencionados, mas tem gente bem-intencionada que está propondo transformar ZEPAM parcial ou totalmente em ZEIS, sob a lógica de que já tem ocupações. Alguém tem que dizer na hora, para a pessoa, que a intenção é boa, está tentando resolver, só que isso é inconstitucional, não pode, não existe retrocesso na área ambiental; e que a melhor solução para aquela ocupação é uma política habitacional correta e não a legalização da vulnerabilidade, e ainda criando problema ambiental.

Eu estou dando esse exemplo porque tenho ouvido muita gente bem-intencionada falar sobre isso, e também alguns mal-intencionados, porque nós sabemos que tem gente que já está comprando ZEPAM pensando em ganhar dinheiro com lotes de ZEIS; já existe isso aí. Eu estou levantando essa questão porque precisa ter esse diálogo, precisa ter esse debate minimamente e precisa que seja feito nas 32 subprefeituras. Mais que uma, se for o caso. Mais importante do que fazer correndo é fazer direito e, para fazer direito, tem que ter debate com a sociedade e, agora, a partir dos mapas, porque antes, como eu disse ontem, nós ficamos como quem namora pela internet, não resolve nada.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Moreirão. Gostaria de fazer alguns comentários sobre sua fala, mas quero conferir com a secretaria da Comissão. Parece que na transmissão do YouTube tem um pessoal reclamando que não conseguiu ter acesso ao Teams. (Pausa) Só peço que confirmem. Peço a quem está apontando isso na transmissão do YouTube que tente entrar novamente. Eu acho estranho, porque estou acessando diretamente no meu celular. Vou pedir para a Vereadora Silvia também tentar, para conferir se consegue ter acesso pelo Teams.

Moreirão, alguns comentários sobre o que o senhor falou. Primeiro, sobre a questão do respeito. Eu acabei de ser informado pelo Paulo, chefe de gabinete do Vereador Rubinho Nunes, que ele está com alguma questão de saúde, que nem eles estão conseguindo falar.

Então, se a gente considerar o respeito, por favor, a gente tem que respeitar qualquer tipo de necessidade do Presidente desta Comissão. Nós nos fizemos presentes na grande maioria das audiências, a assessoria do Vereador Presidente está presente, então devemos respeitar também qualquer tipo de condição.

Além disso, quanto o questionamento que o senhor já fez sobre o mapa, a região que o senhor apontou, falou que é uma ZEPAM, mas consta no atual zoneamento como ZDE-2 e é o que está representado nesse mapa. Esse mapa não é o definitivo, não é o que foi apresentado como substitutivo, então é uma discussão das tantas outras que temos nas mais variadas audiências públicas que estamos realizando.

Inclusive o senhor falou sobre ZEPAM e ZEIS, há uma grande discussão. Nós estivemos – eu, a Vereadora Silva e a Vereadora Luana Alves – na audiência pública da zona Sul, no CEU Vila Rubi, no Grajaú, e acho que 90% dos apontamentos de quem participou foram exatamente sobre a da necessidade de ZEIS nas mais diversas regiões onde há ocupações e moradias já consolidada. Está sendo feito um estudo muito grande pela Secretaria do Verde, respeitando a questão ambiental, mas também a necessidade de regularização, seja fundiária ou de qualquer tipo de regularização nessas ocupações.

Desculpe estender um pouco esses comentários, mas para ver se foi regularizado o acesso ao Teams.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – A Vereadora Silvia conseguiu acessar?

(Pausa) Também conseguiu acessar normalmente.

Com a palavra, Vereador Sansão Pereira.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Também estou pelo Teams, tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Vereador Sansão Pereira está pelo Teams, Vereador Arselino Tatto também pelo Teams. Só para deixar claro que está normalizado. Se houve algum problema na transmissão, está normalizado o acesso ao Teams.

O próximo inscrito é o Sr. Sérgio Reze, Movimento Defesa São Paulo.

O SR. SÉRGIO REZE – Bom dia, Rodrigo. Bom dia, Silvia. Bom dia aos demais vereadores e vereadoras presentes, ao povo que compareceu hoje.

Quero pegar um pouco o gancho da questão do respeito, porque a audiência do dia 26, na zona Oeste, foi bem simbólica do que nós estamos vivendo. Houve um estouro. As pessoas ali numa sala de 78 lugares para acomodar a zona Oeste inteira, mais de um milhão de pessoas, gente de pé. E acho que quem assistiu ao vídeo daquela audiência vai entender, e quem tem convivido com o que está ocorrendo. Tem que olhar para tentar entender por que as pessoas chegaram nesse ponto. Eu sou um caso. Naquela audiência eu tive um momento de estouro mesmo, de perder a paciência.

Essa questão do respeito é engraçada porque, com todo o respeito ao Vereador que está doente, ao Presidente da Comissão, em vez de ele fazer uma análise - ele é o Presidente da Comissão - do porquê as pessoas chegaram àquele ponto e, em determinado momento, todas se levantaram bradando coisas a respeito da postura dele.

Eu fico muito feliz de ver a atenção que o Relator está dando, sem olhar o celular, sem fazer gracinhas. Acabou essa questão do respeito, de repente eu me vejo como personagem de um meme no Instagram do Vereador Rubinho, eu e a Renata. Quer dizer, o Vereador dedica a verba pública que ele recebe no mandato dele para manter uma equipe para fazer meme da gente. Isso vai minando a troca, vai minando a autoconfiança, então eu queria registrar isso.

Outra coisa que eu queria tentar falar, aproveitando o que uma pessoa falou aqui sobre a questão de fato e de direito, sem querer tirar o mérito do que ela falou, não conheço a região dela, é uma questão de ZCOR, mas o de fato e o de direito. Gente, por isso neste momento em que temos os mapas, nós temos que ter tempo para olhar caso a caso.

Eu vou dar um exemplo do meu bairro. Eu fui conselheiro de política urbana durante o Plano Diretor e a revisão do zoneamento da gestão passada, 2016. O povo veio, houve conflito, houve tudo e a gente chegou a uma lei, mal ou bem. O que aconteceu? Eu tenho exemplos onde eu moro, em que as pessoas não respeitaram a lei. Onde era uma ZER virou uma clínica, uma coisa que não pode. E tenho denúncias de construção irregular desde 2015, 2016, que a

fiscalização nada fez. Isso gera conflito.

Quando o de direito vira o de fato, é estranho a gente, agora, querer consolidar o que foi feito ao arrepio da lei. Aqueles cidadãos que tiveram fé na lei, que tiveram fé no processo participativo que resultou numa peça de lei, de legislação, por causa de uma fiscalização que não atua, por causa de pessoas que respeitam o espaço do território, aquilo se transformou de um direito para um de fato, agora a gente muda aqui porque é de fato. Então em que tipo de sociedade a gente vive, em que pessoas que não respeitam o combinado, o coletivo e a lei acabam tendo vantagem depois de uns anos, quando a lei é revista por causa desse de fato e de direito?

Quero deixar uma reflexão sobre isso, para que a gente não cometa os mesmos erros agora, para que a gente possa apaziguar, a partir da nova legislação que vem.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Sérgio.

Vou novamente chamar os inscritos de forma virtual, para que não paire nenhum tipo de dúvida sobre a participação. Primeira inscrita, Sra. Paula Nogueira, secretária na empresa AMJS. (Pausa) Sr. Marcus Vinicius Di Bella Varani, advogado. (Pausa) Sr. Daniel Todtmann Montandon, diretor dos cursos de Arquitetura Uninove.

O SR. DANIEL TODTMANN MONTANDON – Estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Vamos lá, Daniel.

O SR. DANIEL TODTMANN MONTANDON – Bom dia, Vereador. Bom dia a todas e todos presentes.

Só um primeiro comentário, Vereador: eu me inscrevi com antecedência, recebi o *link*, entre no *link*, mas o *link* estava errado. Eu só consegui agora porque recebi o *link* por outra via e consegui entrar. Então eu acho que talvez isso esteja acontecendo com outras pessoas que se inscreveram e tentaram acessar pelo *link*.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Daniel, só um minuto, eu vou restituir o seu tempo. Eu peço à secretaria da Comissão que coloque o *link* correto, então, se houve

realmente essa questão do *link*. (Pausa) Daniel, a informação da Secretaria é que o mesmo *link* que foi enviado. De qualquer forma, eu peço que a Secretaria coloque o *link* na transmissão, no Teams ou onde for possível, que dê acesso aos inscritos que tiveram o mesmo tipo de problema. E ainda vou passar para mais dois inscritos de forma virtual para conferir se realmente tivemos essa dificuldade.

Daniel, tem a palavra, restituído o seu tempo de três minutos regimentais.

O SR. DANIEL TODTMANN MONTANDON – Eu sugiro talvez mandar um *e-mail* também como reforço, com o novo *link*.

Quero trazer de contribuição... Acho que com o *site* será possível enviar contribuições de forma mais completa. Como o tempo é curto, quero falar sobre um dos pontos. Minha preocupação está muito em relação ao tempo curto para debate sobre o mapa. Eu fiz umas contas e, ao todo, o processo no Executivo foi debatido por 35 meses, sem existência de mapa, já desconsiderando o tempo da suspensão judicial, e apenas 16 dias com mapa e somente um evento geral, que foi realizado no dia 2 de outubro. Esse tempo exíguo da população lidar com o mapa é bastante prejudicial, ainda mais um mapa incompleto, que não contempla toda a demarcação de zonas, mas os critérios.

E a programação apresentada na Câmara vai um pouco pelo mesmo caminho, um pouco pior, porque vai ter a publicação do primeiro substitutivo em 27 de novembro e o segundo substitutivo está programado para ser publicado no dia 4. Portanto, serão apenas oito dias com um novo mapa para a população poder se apropriar, com duas audiências devolutivas.

Logo, a minha proposta seria de quatro pontos para a Comissão de Política Urbana apreciar. Primeiro, acho que deveria existir a publicação de um mapa geral, no primeiro substitutivo, contendo todas as alterações com as zonas, ou seja, destacando as alterações. A segunda proposta é que haja uma nota técnica explicativa dessas alterações feitas com um mapa complementar contendo todos aqueles critérios que foram definidos, por exemplo, largura das vias, talvez identificando por cor diferenciada; as áreas com elevada declividade; as áreas de risco geológico e hidrológico; a identificação dos imóveis tombados e áreas envoltórias

regulamentadas; a identificação de barreiras urbanísticas; a identificação de remanescentes da mata atlântica; demarcação de APP; demarcação de vilas; demarcação de ZEPEC e demarcação dos parques, que estão no mapa 5 e nos quadros VII e XV.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Para encerrar.

O SR. DANIEL TODTMANN MONTANDON – Já estou finalizando.

E realização de oficinas presenciais nas subprefeituras, com apresentação desse mapa e também uma consulta pública por 30 dias. Eu acho que é a maneira de assegurar transparência e de todos terem segurança sobre o que, de fato, vai ser definido para os seus bairros.

Eram essas as contribuições que eu tinha. Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Daniel.

A próxima inscrita, de forma virtual, é a Sra. Lucia Manzano. (Pausa) O próximo, de forma virtual, é o Sr. João Afif Acras.

O SR. JOÃO AFIF ACRAS – Olá.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Sr. João, antes de iniciar a sua fala, gostaria de perguntar se você relata o mesmo problema que houve com o Sr. Daniel.

O SR. JOÃO AFIF ACRAS – Sim, também. Depois que eu recebi o outro *link*, que na verdade era o mesmo *link*, digamos assim, mas somente agora foi liberado o acesso. Desde as 11 horas da manhã, o acesso não estava sendo liberado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Está ok. Então, vamos passar a palavra para os outros três inscritos, de forma virtual. Se quiserem participar com o *link*, que foi passado novamente, eles terão garantidas as falas também.

Por favor, Sr. João. Tem a palavra.

O SR. JOÃO AFIF ACRAS – Obrigado, Rodrigo.

Primeiro, uma questão que acho importante é disponibilizar esses mapas no *hotsite* da Câmara, da revisão do zoneamento. Eu acho que seria interessante para a gente ter um fácil acesso, sem precisar ficar procurando no *Diário Oficial*, porque algumas pessoas não têm essa

facilidade e essa acessibilidade com relação a esses procedimentos. Isso facilitaria a questão de acessibilidade.

Outra é a questão de ZEPAM e a demarcação de ZEIS, que é bem interessante. Concordo com o Sr. João Moreirão em parte, porque fazer essas demarcações gera uma inconstitucionalidade muito grande, entretanto, a gente precisa saber que algumas áreas demarcadas como ZEPAM foram marcadas erroneamente pela SMUL, em áreas onde certas ocupações e certos bairros já existem e são regularizados pela própria Prefeitura. Houve um problema de comunicação, de atualização de mapas e informações cadastrais dentro da própria Secretaria que geraram esses conflitos, não somente alguns trazidos por mim, mas por outras pessoas, principalmente na primeira e na segunda reunião. Nós tivemos dois exemplos bem grandes de áreas onde a SMUL demarcou de forma errônea. Por isso, este é o momento em que a gente pode, eventualmente, corrigir essa questão.

Uma terceira questão que acho importante nessa questão das audiências públicas, eu falei ontem e o Vereador Fabio Riva disse que o Vereador Coronel Salles vai tentar fazer, mas nós precisamos de mais audiências públicas no Centro. Quando digo Centro, não é somente questão de Bela Vista e patrimônio histórico. No Centro tem Cambuci, Aclimação, Liberdade, Bixiga, parte de Higienópolis, parte de Santa Cecília. Por isso essas zonas do Centro também precisam de audiência pública, porque são muitas as demandas.

Já estou terminando e, como disse em outra vez no Plano Diretor, boa parte do desenvolvimento da cidade de São Paulo e da renovação urbanística na cidade passa obrigatoriamente pelo Centro de São Paulo. Então, nós precisamos de, pelo menos, alguma audiência pública no Centro.

Muito obrigado. Bom dia. Agradeço a participação. Obrigado, Inamar, pelo auxílio na questão da participação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Sr. João Acras. Lembro que ao final da audiência, após os inscritos de forma presencial, passarei a chamar os inscritos de forma virtual, novamente. Lembro também que os Vereadores presentes e os que estão de

forma virtual conseguiram acesso normalmente. Registro, inclusive, a presença do Vereador Fabio Riva, de forma virtual.

Riva, o coração está tudo em ordem?

O SR. FABIO RIVA – Tudo bem, Sr. Presidente. Estou a caminho da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Está bom. O Vereador Fabio nos deu mais um susto, acho que palpitou o coração dele quando nós estávamos falando de uma disputa entre Corinthians e Palmeiras.

Passo a chamar a próxima inscrita, Sra. Rosalia, do Coletivo Jurubatuba Mirim.

A SRA. ROSALIA DO CARMO LARRUBIA FLORENCE – Bom dia a todos. Bom dia.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o reconhecimento e a exclusão de uma parte do Vale do Jurubatuba Mirim.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ROSALIA DO CARMO LARRUBIA FLORENCE – Está bem. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o reconhecimento de uma parte do Vale do Jurubatuba Mirim, onde corre o Jurubatuba, que nascia lá perto da Cervejaria Guanabara, que virou Brahma e que virou prédio, descia onde hoje é a Armando Ferrentini, vai dar até o Parque da Aclimação e ali tem alguns afluentes, um deles é o Jurubatuba Mirim que nós batizamos. E eu estou vendo que está em “verdinho” a Quadra 32, do Setor 38 e foi excluída por todos os requisitos que ela tinha. Por isso eu preciso agradecer e reconhecer o trabalho da Mesa. Faltou apenas a nascente. Não sei como vai fazer, porque ela está no Lote 81, da 0081, da Quadra 31, Setor 38.

Se não houver a possibilidade da exclusão dessa nascente, porque lá não tem vila, na verdade, é um clube, então eu não sei como poderia fazer a proteção para que não haja, depois, um empreendimento imobiliário que, geralmente em ZEU, tem vários subsolos e também é muito alto e para poder sustentar todo um gabarito e os subsolos, precisa levar a fundação lá embaixo e extrair a água do subsolo, então eu não sei como faria isso. Eu vou deixar pautado esse... não é um item, essa nossa preocupação com água do subsolo, que talvez até pudesse

estender isso, uma preocupação para a sociedade civil ir conversando.

Todos queremos garagem e a solução que nós encontramos foi de subsolo por falta de terreno nas zonas mais nobres ou em qualquer lugar em São Paulo. Mas isso tem um preço. Até quando o Cantareira e a Billings vão fornecer água para a gente? Eu sei que a água do subsolo na Cidade é imprópria para consumo, mas não sei como que será o futuro, então é só uma preocupação que mais tarde, nas outras audiências, a gente pode melhorar essa conversa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Sra. Rosalia.

Próxima inscrita, Sra. Daniella Vidal, da Tenda.

A SRA. DANIELLA VIDAL – Bom dia a todos.

Nós viemos só reiterar com relação... por ser uma audiência pública com relação ao zoneamento, então o nosso pleito é da Rua Henri Martin, que é o pleito pela Habitação de Interesse Social. Então nós viemos reiterar, aproveitando que de fato é um erro de mapeamento, somente. Ele está constando só num trecho do terreno, que não chega a ser 10%, que está nessa parte da ZEUS, para que de fato o terreno seja 100% uma ZEIS.

Então esse é o nosso pleito, a rua é Henri Martin, o número do contribuinte é 16.624.900.661. Por favor, pleiteamos e reiteramos nesta audiência pública de mapeamento, por ser um erro muito simples para corrigir, que de fato dê a possibilidade de pelo menos 500 unidades para habitação de interesse social, num HIS-1 que é tão importante para a cidade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Sra. Daniella.

Cem por cento do empreendimento será HIS-1, é isso?

A SRA. DANIELLA VIDAL – Parte HIS-1 e parte HIS-2. Somente HIS, não tem outra categoria de uso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Sra. Daniella.

Próxima inscrita, Sra. Laurita Salles, Pró-Pinheiros, CPM Pinheiros.

A SRA. LAURITA SALLES – Bom dia a todos.

Quero primeiro solicitar, um pouco concordando com o Sr. Montandon, que fossem estendidas as possibilidades de a gente discutir, porque tendo mapa a gente tem condições de realmente analisar o que está acontecendo e que, se fosse feita por distrito, não precisa aprovar este ano. Eu sei que tem a questão de eleição, não sei o quê, mas eu acho muito mais importante até para as próprias eleições que a população seja ouvida, e isso eu acho que vai ser muito importante para a cidade, para todos nós.

Isso posto, eu vou fazer uma reivindicação que ontem eu fiz, mas retomo, que são várias, mas é referente ao Artigo 77 do PDE, o qual, inclusive, no último PL, diz de forma clara que só pode ser, no caso dos... só pode ser implementada durante a Lei de Zoneamento. Então é fundamental, com referência à preservação de áreas, um dos itens diz que pode preservar áreas por interesse de preservação ambiental e cultural, que se proceda a isso. Eu acho até que a SMUL devia ter feito, mas... passou para vocês. Então eu acho que o Rodrigo tem tido um olhar mais interessado nessas questões, que se proceda... a gente protocolou um documento com todas as... também deixamos com a Vereadora Silvia... com todas as microzonas - a gente chama de microzonas – que chegaram até nós. Não são todas as microzonas de Pinheiros, mas são as que nos chegaram e que nós fomos olhar e fizemos o levantamento cuidadoso.

No caso, o levantamento envolve ZEUS, então são áreas para exclusão de ZEUS, entre elas a Vila do Sol, que inclusive é onde eu moro, que eu acho que existem vários instrumentos para proteger, mas eu solicito que essa seja uma medida que eu acho muito importante. Nós solicitamos que seja ZPR. Pode ser por várias razões, mas essa é uma também. Então eu peço que olhem com muito cuidado e carinho nesse momento de realmente colocar quadra a quadra, porque nós fizemos um estudo cuidadoso dessas questões.

Outra coisa que eu vou falar, que eu também mandei por *e-mail*, também mandei para a Silvia, que a gente tem algumas ocupações que a gente conhece. Não posso dizer que são todas da região de Pinheiros e Jardim Paulistano. Eu só tenho um endereço, uma delas, que é da Rua da Consolação, 2563 e Frei Caneca, 903. Foi uma solicitação do pessoal – ali é prédio – que só se torne ZEIS, porque aí eles podem ter acesso a uma série de condições, inclusive de

reforma.

E também tem um lugar que eu achei, v que é uma ocupação de um pessoal que está morando num terreno de forma bastante precária, que eu mandei na ficha, que é na Henrique Schumann, 434. Está no fichamento que a gente tem, então a gente solicita porque inclusive a gente não tem ZEIS na nossa região.

Eu tenho tempo ainda?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Não.

A SRA. LAURITA SALLES – Eu tinha tanto assunto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Laurita. Só um comentário, Laurita, que eu não ia nem tocar no assunto, mas como você falou também da questão do tempo, a gente vê que é tão difícil falar no tempo. Mas só registrar que tudo que for necessário para cumprir o Regimento Interno da Câmara nós faremos. Tramitação, da mesma forma feita no Plano Diretor nós estamos fazendo. Tivemos inclusive mais uma decisão judicial favorável à forma da tramitação desse projeto na Câmara. Então todos fiquem tranquilos de que o tempo necessário para fazer as alterações de uma revisão – que fique bem claro, é uma revisão e não uma nova lei de parcelamento, uso e ocupação do solo – nós faremos aqui.

Muitas pessoas já tiveram oportunidade de fazer e nós estamos corrigindo erros de legislações anteriores. Por isso que a gente está aqui, a atual Legislatura, o atual Prefeito eleito, com 55 vereadores também, e é isso que nós estamos fazendo. Por duas vezes tentaram interromper a discussão do Plano Diretor e as duas vezes foram negadas as tentativas de interrupção de forma judicial, e nós e vocês estamos participando da forma correta, no Legislativo paulistano, para aprimorar a legislação vigente desde 2016. Então podem ficar tranquilos que nós iremos fazer da melhor forma possível.

Temos atendido todos que me procuram. Tenho certeza de que a Vereadora Silvia, assim como o Vereador Sansão, o Fabio Riva, o Rubinho, todos os que nos procuram nós estamos atendendo. E tenho certeza de que o que pudermos para atender a essas demandas que todos nos trazem nós faremos. Está bom, Laurita? Muito obrigado por mais uma

participação. E essa minha fala não foi só respondendo à sua fala, mas a algumas outras também.

Próxima inscrita, Sra. Michelle Dubus, também da Tenda, por três minutos regimentais.

A SRA. MICHELLE TOKAR DUBUS – Bom dia.

Aproveitando a audiência de apresentação dos mapas, a gente queria reforçar o pleito que já foi inclusive protocolado, da Quadra 083, do Setor 171, quanto à não exclusão da ZEUP dessa quadra. E também a gente gostaria de um esclarecimento sobre o mapa. Nós olhamos as quadras que estamos pleiteando, ficou um pouco duvidosa a legenda quanto aos critérios de exclusão.

É isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Michelle. A exclusão a que você se refere é exclusão pelo Executivo ou a do mapa de agora?

A SRA. MICHELLE TOKAR DUBUS – Essa quadra está indicada com uma cor que eu não consegui encontrar na legenda. Então não sei qual foi o critério.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Então já estava excluída no mapa original do Executivo?

A SRA. MICHELLE TOKAR DUBUS – No outro mapa sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Está bom, obrigado.

Chamo a Sra. Crenildes Jesus da Silva, da Associação Futuro Melhor. Venha com calma, Sra. Crenildes. Segundo a Vereadora Silvia da Bancada Feminista, é D. Nena.

A SRA. CRENILDES JESUS DA SILVA – Bom dia. Eu vim hoje por causa da demarcação dos mapas. Vi que a Comunidade Futuro Melhor, que fica lá no final da Inajar de Souza, continua como ZEIS-1.

Mas eu vim pedir aos Vereadores e aos que podem fazer as leis, que não tenha só uma demarcação ZEIS, porque está dizendo no Google que ZEIS é uma zona específica de interesse social para moradia... – esperem um momentinho, gente, desculpe. Vou falar do jeito

que eu sei - é para as pessoas que têm baixa renda.

Gente, se as ZEIS são para pessoas de baixa renda, por que tanto empreendimento no centro? Por que tanto empreendimento em outros lugares que não são nas áreas demarcadas como ZEIS? Aí começam os empreendimentos lá, mas passar da ZEIS.

A Futuro Melhor está no Jardim Peri, quase no final da Inajar de Souza. No final da Inajar de Souza, quando quiserem fazer uma tal da PPP na comunidade, que é um projeto bom, mas não para nós, indicamos áreas para Cohab fazer moradia para quem precisasse sair.

O Presidente da Cohab na Gestão falou para nós que aquela área não era passível de construção. Brigamos, conseguimos que a PPP não fosse para lá, porque era projeto para quem tem dinheiro.

Pasmem vocês, lá está sendo construído um empreendimento habitacional por uma empresa privada, ou seja, para tirar o pessoal da beira do rio que teria de sair quando fizesse a PPP não era possível fazer, mas para construir empreendimento habitacional para quem tem dinheiro para pagar é passível. É dentro da Cantareira, é dentro da Cantareira. Lá também tem um empreendimento grande de casas enormes.

Em 2018 para 2019, foram removidas 1.500 famílias da comunidade, que estava ao lado da nossa, porque as famílias estavam em risco. É área de risco? Oba, vamos tirar, a vida é principal, vida é principal? É. Vida é principal, gente, mas o morro faz isso, ele sobe depois ele desce. Aqui morava o pobre, a vida dele estava correndo risco, então vamos tirar o pobre de lá. Mas o rico, que está na outra descida, a vida dele então não vale nada, porque estão deixando que ele construa. As mansões estão subindo, estão chegando ao Rodoanel.

Que vida é esta? Então pobre só vale para tirar, a vida do pobre vale porque tem que sair, mas a vida do rico não vale? Gente, as mansões estão sendo levantadas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Só para encerrar.

A SRA. CRENILDES JESUS DA SILVA – O que eu vim pedir, foi que não só para Comunidade Futuro Melhor, não só para o Peri Alto, que as ZEIS não sejam só demarcadas no mapa, que olhem para as ZEIS e comecem a fazer os empreendimentos nas ZEIS,

empreendimentos HS-1, porque é a nossa realidade. Nós não temos HS-2 na comunidade, nós temos de ter construção HS-1, porque a maioria das pessoas é de catadores de reciclagem, pessoas que trabalham de auxiliar de limpeza, funcionários garis. Nosso salário não passa de R\$ 1.500,00, R\$ 1.600,00, pessoal.

Que não olhem para nós só quando as eleições vão começar, não, mas que olhem para nós antes disso, depois disso e na continuidade disso.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, D. Crenildes.

Encerradas as participações presenciais, volto a chamar as outras três pessoas inscritas de forma virtual: Sra. Paula Nogueira, ausente; Sr. Marcus Vinicius Di Bella Varani, ausente; Sra. Lúcia Manzano, inscrita de forma virtual, mas está presente. Por favor, tem direito à palavra por três minutos regimentais.

A SRA. LUCIA MANZANO – Bom dia, boa tarde, bom hoje para todo mundo. Eu estou aqui para defender o interesse de um particular, do setor 81. Na verdade na Rua Tamanás, nº 46. Acho que é quadra 220.

Ela tem uma propriedade que a zona é ZEIS-1, está próxima da zona COR-2, dentro da rampa do Heliponto Aché da Faria Lima. Essa zona da rampa é toda ZM, Zona Mista. O interesse dela é que a sua propriedade, onde se encontra a quadra 220, como é próximo à Domingos de Moraes, ao prédio Tomie Ohtake, que transforme a unidade dela para Zona Mista, onde ela possa alugar para algum evento comercial, transformar numa clínica, enfim.

Ela não consegue alugar a casa, que, realmente, é muito boa. A casa do lado já está para vender há muito tempo e não se vende. Ao lado dela já existe comércio.

Então assim, eu vim em nome dela solicitar para que a propriedade dela vire uma Zona Mista. Acho que o momento é agora, né? Não sei.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado pela participação Sra. Lúcia. Encerradas as participações presenciais e virtuais.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Assim que finalizar eu fico à disposição da senhora. Pode ser?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Sra., me desculpe, mas após a audiência nós podemos tirar dúvidas aqui, não neste momento, porque nós já tivemos as inscrições encerradas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Mas depois eu falo para a senhora se eu puder retirar e a senhora complementa e avise seus colegas. Está bom? Com a palavra a Vereadora Silvia da Bancada Feminista, que fará uso da Tribuna.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Bom dia todas, todos e todes que vieram a esta audiência. Bom dia especial para quem veio da Comunidade Futuro Melhor. Eu estive lá no sábado passado, já falo da questão de vocês.

Quero começar falando novamente, porque em todas as audiências que compareço, falo a mesma coisa, que nós propusemos que tivéssemos uma audiência por subprefeitura, para ter mais participação popular, para que tivéssemos mais próximos da população.

Infelizmente, essa proposta não foi aprovada, porém diante das necessidades que estão surgindo nas audiências públicas, eu estou propondo agora para a Comissão de Política Urbana que sejam realizadas, pelo menos, mais duas.

Acho que tem nova audiência na zona Oeste, porque a que ocorreu foi em local inadequado. Vamos propor mais uma audiência na zona Oeste, mas num local amplo, onde todos possam participar com conforto. Assim como uma audiência sobre a demarcação de ZEIS.

Nós estivemos na última audiência pública, lá, na zona Sul. Não me lembro do dia. Que dia foi, Vereador Rodrigo Goulart, lá, no CEU?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Na segunda-feira.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Na segunda-feira... É tanta audiência que estamos perdidas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Foi às 19h, uma audiência repleta. Inclusive, já tinha feito referência a ela.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Foi uma audiência com muitos movimentos sociais, com muitos movimentos de moradia, o pessoal da Facesp, o pessoal do movimento de regularização. A demanda que eles trouxeram foi a questão da demarcação de ZEIS, que não está presente neste projeto. A demarcação de ZEIS na cidade de São Paulo foi um grande avanço que tivemos no zoneamento de 2016 e, neste projeto, agora, nós não temos demarcação de ZEIS. Nós precisamos demarcar as ZEIS exatamente para evitarmos ocupações em áreas que não são de ZEIS. As pessoas precisam saber onde está reservado para moradia popular.

A Dona Nena tem razão. Não é só demarcar ZEIS, porque muitas das ZEIS que foram demarcadas não foram destinadas à moradia. Não foram destinadas à construção de HIS 1. Então, nós precisamos de dois movimentos: demarcar novas ZEIS e fazer com que as ZEIS que já são demarcadas – como, por exemplo, a comunidade do Futuro Melhor – sejam regularizadas, porque a comunidade existe há 27 anos sem regularização. Sem regularização, como é que a pessoa faz uma melhoria no barraco dela? Como é que ela levanta uma laje, sendo que ela não sabe? Ela tem uma insegurança se ela vai poder permanecer ali ou não vai. Então, a regularização é uma coisa muito importante.

Falando sobre ZEISs e ZEPAMs, como São Paulo não teve um planejamento de habitação popular adequado, muita gente ocupou, há 20 ou 30 anos, lugares que são demarcados como ZEPAMs. É uma realidade. Nós não podemos fechar os olhos para essa realidade, porque hoje existem ocupações consolidadas em áreas que são ZEPAMs, mas que já não são mais ZEPAMs. Já são áreas de moradia popular. Então, temos de olhar para isso com carinho, com o cuidado que merece, porque não é que vai virar ZEIS tudo que era ZEPAM e tinha ocupação, mas, em alguns lugares, em algumas questões específicas, é possível, sim,

transformar esses lugares, que são ocupações consolidadas, em ZEIS, mantendo o quê? Mantendo a área preservada de mananciais, de nascentes, de matas, mas, onde estão, já, ocupações consolidadas, eles precisam regularizar. Eles não podem viver mais essa insegurança durante mais 10 ou 20 anos. Então, a regularização é muito necessária. Foi isso o que nós ouvimos na zona Sul e é por isso que eu também estou propondo uma nova audiência pública sobre a questão da ZEIS.

Só para falar para a pessoa que falou sobre mais uma audiência pública no Centro, nós vamos ter uma audiência pública, que, inclusive, fui eu que propus, no Bixiga, no dia 18, à tarde, e nós vamos ter uma audiência pública sobre a questão das terras indígenas do Jaraguá, que vai ser no dia 18, de manhã. Vai haver, também, uma específica sobre ZEPEC e ZEPAM, na Câmara. Não me lembro do dia, mas está lá, no calendário.

Era isso o que eu queria falar para vocês, hoje. Continuamos na luta pela moradia popular, pela regularização fundiária e pela moradia digna. Não é, gente? Não é só demarcar ZEIS. É, também, ter as condições para ter moradia digna para o nosso povo.

É isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Vereadora Sílvia da Bancada Feminista. Tem a palavra o nobre Vereador Fábio Riva.

O SR. FÁBIO RIVA – Muito bom dia a todos e a todas. Estava assistindo de forma *on-line*. São importantes essa participação, a apresentação dos mapas e a fala da Vereadora Sílvia da Bancada Feminista, com referência à questão da ZEIS na cidade de São Paulo.

Primeiramente, eu sou de movimento de moradia e moradia é compatível com o meio ambiente. Não é conflitante com o meio ambiente.

Falando do Futuro Melhor, Vereadora Sílvia da Bancada Feminista, V.Exa. fala em regularização fundiária. Quantos governos passaram para que a situação deles não fosse sanada? De quantos anos falou? São 27 anos. Pasmem vocês que há 27 anos ninguém resolveu o problema deles, mas nós, os Vereadores da Câmara, estamos aqui. Em 2022, votamos a Lei de Regularização Fundiária, que é a lei vigente hoje no município de São Paulo, que vai propiciar

a regularização fundiária deles. Já está demarcado como ZEIS.

Então, quando falamos de Habitação de Interesse Social, ouvimos o interesse de todo mundo, dos moradores, do mercado, dos interessados, dos urbanistas e dos arquitetos que pensam em uma cidade e muitas vezes não conseguem olhar para uma realidade, para os mapas das franjas da cidade, que estão ali, todas pintadas de verde. Entretanto, boa parte daquele verde de ZEPAM não é mais ZEPAM, porque os movimentos organizados ocuparam aquelas áreas. Muitos deles compraram áreas, com promessas de mudança de zoneamento – inclusive, por esta Câmara Municipal – porque já não tinham mais vocação de ZEPAM e de transformá-las em ZEIS para que as pessoas pudessem morar com dignidade. Agora, nós vamos reparar isso.

Aqui, não é zoneamento de governo “a” ou de governo “b”. Isto é o zoneamento da cidade. Alguns colocam, muitas vezes, uma bandana, como um pirata, para enxergar só aquilo que querem, mas quem sofre é a população da periferia da cidade, que precisa morar com dignidade e ter o emprego ao lado de casa. Enquanto isso, só ficamos defendendo os grandes bairros, os bairros que têm organização e que têm pessoas, inclusive, com um grau de escolaridade que lhes permite vir aqui, discutir e contratar grandes escritórios de arquitetura e urbanismo para fazer a defesa dos que têm mais recursos na cidade de São Paulo. São poucos aqueles que vão ter a voz da periferia e a coragem de demarcar, sim, ZEIS em áreas de ZEPAM que não têm mais vocação nenhuma de ZEPAM.

Isso é por meio de estudo. É por isso que quem olha as franjas da cidade vê que é bonito o mapa, mas vão ver a realidade. Deem um Google em cima daquilo, ali. É só dar um Google. Não precisam olhar. Peguem, ali, a região de Perus. Há ZEPAM que já não é ZEPAM há muito tempo. Por que os que aprovaram a Lei de Zoneamento anterior e o Plano Diretor não viram isso, se já estavam lá de 12 a até 20 anos atrás? Aí, quando vamos falar de marcar o que hoje é ZEPAM para transformar em ZEIS, dizem: “Ah, não, é inconstitucional. Não pode.” Pode, sim, e vai ser, porque já está ocupado.

É isso o que vamos fazer no dia da votação. Acho que precisamos olhar para uma

cidade real, que é desigual, ainda, e que muitas vezes privilegia só aqueles que têm condições de estar aqui. Aqueles que não estão vão ter voz, sim, por meio da minha representação, do Vereador Rodrigo Goulart, com a zona Sul, e da Vereadora Sílvia da Bancada Feminista. Nós podemos ter divergências ideológicas, mas moradia é um direito de todos. Então, não é só para a classe A. Também é para as classes C, D e E, para quem muitas vezes não é nem visto por meio de um mapa – que não é de muito longe; é de 2016.

Então, fica isto aqui, para aqueles que já estão aí, inclusive de forma *on-line*, ouvindo as críticas, que tiveram essa oportunidade e não o fizeram. É fácil atirar a pedra. Difícil é ser vidraça – e a vidraça está aqui, hoje. São os Vereadores e as Vereadoras que vão ter de decidir esse futuro da cidade. Quero só deixar muito claro que aqui vamos ter um compromisso com as pessoas, com o que se ouviu. Temos a possibilidade de ouvir muito tudo aquilo que vocês estão falando, mas podemos trazer para aqueles mapas uma cidade real, e não a cidade dos sonhos que muitos ainda vislumbram. Que possamos, quiçá, um dia, atender as pessoas que mais precisam de moradia digna e levar-lhes toda a dignidade – que é uma regularização, um título, uma matrícula. O bem maior que uma família possa ter é o seu patrimônio.

Dessa forma, encerro minha fala e fico feliz. Firmei um compromisso sobre os mapas, ontem. Acho que a Sra. Rosalia estava aqui. Algumas pessoas estavam presentes. Vereador Rodrigo Goulart, eu presidi, ontem, a nossa audiência pública e o compromisso era de que os mapas estivessem aqui, hoje. Então, vim para conferir e para ratificar o compromisso desta Comissão. V.Exas. não estavam aqui – nem o Vereador Rubinho Nunes –, mas estavam lá, fechando toda essa questão do mapa. O trabalho não é só aqui na audiência pública, mas também de fora da audiência pública. Queria parabenizar você, Rubinho, a Sílvia, o Arselino, o Sansão, que fazem parte dessa Comissão, com certeza, marcará a história na cidade de São Paulo.

Obrigada

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Vereador Líder, Fábio Riva, grande batalhador, assim como tantos outros Vereadores aqui, da causa da moradia, que

conhecem como ninguém essa região de Perus, que eu citei aqui.

Nós temos as mais diversas necessidades, nas mais diversas regiões, estamos caminhando com essas audiências. Lá, em Perus, nós vimos na maior parte das contribuições a questão do emprego e da renda naquele território. As pessoas que levam duas horas, duas horas e meia para chegar, no seu local de trabalho. Na zona Sul, em que eu estive com as vereadoras Silvia e Luana, há a necessidade de habitação e regularização de muitas áreas de ZEIS que estão em ZEPAM, como foi dito aqui, e lembrei de um trabalho que está sendo feito com muitos detalhes pela Secretaria do Verde, Secretaria da Habitação, realmente olhando.

A gente sabe da necessidade e preocupação com a questão ambiental, mas temos como você disse, que olhar também para a questão da habitação. Eu vi que o Vereador Sansão gostaria de fazer uso da palavra também, mas, antes de passar a palavra para você, quero deixar um comunicado que, por determinação do Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, Vereador Rubinho Nunes, por motivo da realização da audiência pública sobre o projeto de revisão da Lei de Zoneamento, fica cancelada a reunião ordinária da Comissão, agendada para hoje, às 13 horas.

Passo a palavra ao Vereador Sansão Pereira.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente, Rodrigo Goulart.

Quero cumprimentar também a todos da Mesa, nosso Líder, Fabio Riva, Silvia da Bancada e todos os demais Vereadores e agradecer a participação de todos. Falando em habitação e regularização fundiária, lembrando que está em andamento a regularização fundiária da Vila Bela. São 16 mil famílias que serão beneficiadas, é a maior regularização fundiária do Brasil e o nosso Secretário da Habitação, Milton Vieira, está empenhado, como também o Prefeito Ricardo Nunes, esteve presente, diversos Secretários, diversos Vereadores, e todos nesse propósito, não somente ali, mas em diversas áreas da cidade de São Paulo.

Então, nosso compromisso é com a cidade de São Paulo e com a população. Contem conosco e juntos, o Presidente Rubinho Nunes, Rodrigo Goulart e todos os demais Vereadores, Fabio Riva, Silvia, todos juntos temos a certeza de que estamos nos empenhando

para dar o nosso melhor em favor das pessoas, da cidade de São Paulo. Conte conosco.

Obrigado, forte abraço e Deus abençoe todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Vereador Sansão.

Então, para encerrar aqui a nossa reunião de hoje, gostaria de cumprimentar mais uma vez os representantes do Executivo, Daniella Richards, Coordenadora de DEUSO, representando a SMUL; também a Patricia Saran, Coordenadora de Participação.

Passo a palavra ao Vereador Arselino Tatto, presente também de forma virtual.

O SR. ARSELINO TATTO – Eu acompanhei desde o início, só para parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos e desejar melhoras ao Presidente Rubinho Nunes. Um abraço a todos os Vereadores e Vereadoras e todos aqueles que puderam participar dessa audiência pública. Um grande abraço e uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, sempre Presidente, Prof. Arselino Tatto, então registrando que a Márcia Leite, Participação de SMUL; Maria Fernanda e o Sr. Rafael, da Secretaria de Subprefeituras. Então, em nome deles, cumprimento a todos do Executivo, que estavam presentes, presencialmente ou virtualmente. Então, me coloco à disposição para quem estiver aqui de forma presencial para que possamos tentar tirar todas as dúvidas.

Nada mais havendo para ser tratado, dou por encerrada essa audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, agradecendo aqui a presença de todos os Vereadores que estiveram de forma virtual e presencial.

Tenham todos uma ótima tarde.